

Homem cordial e suas fardas: os fracassos da modernidade em *Triste fim de Policarpo Quaresma*

Šárka Grauová

RESUMO: Este artigo concentra-se na representação do mundo militar no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Partindo do pressuposto de que a sociedade moderna se caracteriza pelos princípios da legalidade, da funcionalidade e da impessoalidade, analisa a farda como uma metonímia da nova ordem almejada pelos adeptos da República, mas na qual persistem usos e costumes antigos, sob a aparência inconvincente da modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: Modernização; literatura brasileira; Lima Barreto; ditadura militar.

ABSTRACT: *This article deals with the military world as represented in the novel Triste fim de Policarpo Quaresma. Based on the assumption that modern society is characterized by the principles of legality, functionality and impersonality, it analysis the uniform as a metonymy of the new order pursued by the partisans of the Republic. However, its modern façade is not enough to conceal the practices and costumes of the old imperial era.*

KEYWORDS: *Modernization; Brazilian Literature; Lima Barreto; military dictatorship.*

Numa das perspectivas possíveis, a sociedade moderna – ao contrário da tradicional – não é mais caracterizada por laços afetivos, senão por um acordo ou contrato racional entre seus membros-cidadãos. Qualquer processo modernizador é, portanto, acompanhado de uma transformação das estruturas arcaicas, baseadas numa relação concreta com o outro e na experiência do mundo amplamente compartilhada, para outras fundamentadas na legalidade, na funcionalidade e em métodos impessoais, ou seja, nos valores de cunho (supostamente) universal. Onde a modernidade sai vitoriosa, a racionalidade impessoal da ciência, da força armada e do aparato burocrático se impõe.

Quem cresceu na área cultural da Europa Central, chamada por Václav Cílek, ensaísta tcheco, de área de *Apfelstrudel*,¹ e quem se formou lendo obras de Hašek, Kafka e Musil, mas também aquelas de Husserl e Wittgenstein, entende facilmente que a ordem social num império multinacional, como era o Austro-Húngaro, depende da impessoalidade das instituições pensadas para garantir a unidade do todo. Há quem diga que a importância da literatura escrita no Império para o mundo moderno e a sua atualidade para os nossos tempos vêm justamente dessa experiência histórica pioneira da *Mitteleuropa*, cujo éthos burocrático antecipou tantos sistemas políticos e institucionais dos séculos XX e XXI,² inclusive a perfeição formal com a qual foi executado o holocausto.³ Essa mesma experiência da modernidade gera a suspeita de que o sistema burocrático se fecha sobre si mesmo e, a longo prazo, o aparato com seus funcionários tende a ser a única medida das ações humanas. Dito de outra maneira, a legalidade, com todas as suas tramitações complicadas e meticulosas, faz como que uma cortina de fumaça por trás da qual a legitimidade pode passar para uma via secundária. (Observem-se as universidades de nossos dias e seus critérios quantitativos como medida universal do desempenho e eficiência do trabalho de acadêmicos.)

A história brasileira contemporânea oferece uma imagem especular do auge e declínio do Império Austro-Húngaro. O Império brasileiro sobreviveu, na primeira metade do século XIX, a várias sedições sangrentas que desafiavam o poder central, conseguindo assim manter sua unidade territorial. O que faltava era a unidade de direitos políticos e civis, assim como econômicos, sociais e culturais. “Não sei se o regime

1. CÍLEK, Václav: *Krajiny vnitřní a vnější*. Praha: Dokořán, 2007, p. 80.

2. Por exemplo, bělohorský, Václav. “Mitteleuropa: rakouská říše jako metafora”. In: *Přirozený svět jako politický problém*. Praha: Československý spisovatel, 1991.

3. Cf. BAUMAN, Zygmunt: *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

republicano pode florescer e frutificar bem, num país que conta no seu seio mais de 10 milhões de analfabetos...”, duvidava Olavo Bilac em 1905 quando o Brasil tinha ao redor de 17 milhões de habitantes no total.⁴ Dessa forma, o maior entrave da modernização do Brasil era – o povo.

A introdução da modernidade no Brasil foi relativamente tardia, e sua forma, em grande medida, determinada do exterior. Na teoria, era necessário entrar na discussão sobre as grandes questões da época, aceitando a redução do Brasil, com toda a sua diversidade, a um único modelo válido: o positivista. Na prática, cumpria integrar o país no processo global da difusão das conquistas da revolução científico-tecnológica e incluí-lo na rede do comércio internacional, baseado nos princípios do liberalismo, abrindo assim a economia brasileira ao capital estrangeiro. Essas foram as condições ditadas pela cultura europeia, e cada vez mais também pela americana, sem as quais nenhum país na periferia do mundo ocidental podia ter o peso suficiente para conseguir ao menos codeterminar o curso da sua história.

A declaração da República, uma instituição que fazia parte do ideário modernizante, mostrou alguns impasses da situação brasileira da virada do século XIX para o XX. Os ideólogos da República foram os “jacobinos”, geralmente antigos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, influenciados por Benjamin Constant e dispostos a esse papel por sua educação, sua hierarquia e seu número. “Mas, a 15 de novembro, foi a farda que lhes deu a vitória. A grande maioria dos militares reunidos de ambos os lados na praça da Aclamação não sabia que se tratava de proclamar a República. Unia-os o espírito do corpo.”⁵

O perfil ideológico dos radicais da República foi determinado pelo programa de estudos dos cadetes, instruídos mais no positivismo de Auguste Comte e Émile Littré, no evolucionismo de Darwin e Spencer e no determinismo de Buckle, do que em ciência militar. “A República chegou austera e ríspida. Ela vinha armada com a política positivista, de Comte, e com seus complementos: um sabre e uma carabina”, escreveu Lima Barreto, anarcopacifista, em 1921.⁶ Acontece que, ao contrário da perspectiva de

4. BILAC, Olavo. “Crônica”. *Gazeta de Notícias*, 8 jan. 1905. In: *Olavo Bilac, jornalista*. Antonio Dimas (ed.). São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo/Edusp/Editora da Unicamp, 2006, p. 681.

5. CARVALHO, José Murilo de. “As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: *Forças armadas e a política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, pp. 13-61.

6. BARRETO, Lima. *Toda crônica (1919-1922)*. RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel (eds.). Rio de Janeiro: Agir, 2004, vol. 2, pp. 358-86.

Lima Barreto, a “austeridade e rispidez” da força armada foram valores almeçados nos olhos dos adeptos da República. Justamente essas qualidades deveriam ter imposto a universalidade da lei ao país, já emergido do regime escravocrata, mas ainda dependente do velho sistema latifundiário.

Apesar disso, e ao contrário do “antigo regime” que, durante três quartos de século, nunca fez do Brasil o palco de grandes conflitos provocados pelas forças armadas, a República falhou logo em seus começos. E não foi apenas a legitimidade da República, declarada pela vontade de três regimentos de quinhentos homens, que foi questionável. Dentro de pouco tempo, o governo abandonou a simples legalidade: marechal Deodoro, monarquista e amigo pessoal de d. Pedro II, decidiu dissolver o Congresso por este querer restringir suas competências presidenciais. Em consequência, Deodoro teve que abdicar para dar lugar ao marechal Floriano que, por sua vez, se apropriou da cadeira presidencial de maneira anticonstitucional, visto que Deodoro não exerceu o cargo durante os dois anos necessários para que tal pudesse acontecer. Assim, a racionalidade impessoal moderna, em vez de garantir a igualdade de todos perante as leis, dobrou-se sob o vigor dos usos e costumes da família patriarcal.

Dentro dessa óptica, parece interessante examinar *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, como um romance que, na sua terceira parte, coaduna dois dos três poderes impessoais mencionados: a força armada e o aparato burocrático.

Como é sabido, Policarpo Quaresma é um patriota que, julgado pela junta de saúde incapaz de servir ao Brasil como militar, empregou-se no Ministério da Guerra: “No meio de soldados, de canhões, de veteranos, de papelada inçada de quilos de pólvora, de nomes de fuzis e termos técnicos de artilharia, aspirava diariamente aquele hálito de guerra, de bravura, de vitória, de triunfo, que é bem o hálito da Pátria.”⁷

Como mostra o romance, cuja parte final coincide com a Revolta da Marinha, de 1893, o primeiro conflito entre dois serviços militares depois do *coup d'état* que instalou a República, esse “hálito de guerra” está longe de ser verdadeiro. A bravura é antes um dos sonhos de Policarpo, que possui propensão quixotesca para não distinguir entre o fictício e o real, entre os valores do passado e os do presente.

7. Idem. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. HOUAISS, Antonio; FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. (eds.). Madrid/Paris/México/Buenos Aires/São Paulo/Lima/Guatemala/San José de Costa Rica/Santiago de Chile: ALLCA XX, 1997 (Colección Archivos 30), p. 14.

Em outro sentido, bem menos nobre, Policarpo lembra o bom soldado Švejk, protagonista de um daqueles romances centro-europeus, escritos para denunciar a podridão reinante atrás da fachada do Império Austro-Húngaro. O desenlace trágico do romance de Lima Barreto nos faz esquecer que Policarpo Quaresma parece ter sido inicialmente concebido como personagem cômico que atestaria o quão pouco o nacionalismo ufanista adere à realidade da República Velha: a vida do herói de nome antitético – que compra todos os dias o pão na padaria francesa e mantém laços estreitos de amizade com um “alienígena” – é regida pelo ideal do Brasil puro onde se fala “o idioma tupiniquim”.

Švejk cumpre ordens literalmente até o ponto de ter de abandonar o serviço militar por haver sido “dispensado do exército por idiotice e declarado oficialmente idiota por uma comissão especial”.⁸ Analogamente, Policarpo Quaresma é demitido do Ministério da Guerra e internado num hospício por “insânia declarada”, que não era outra coisa senão um esforço sistemático e ingênuo de traduzir para a realidade a ideologia nacional, ela própria uma invenção de tempos modernos.

Apesar de toda a sua índole de idealista e sonhador, Policarpo, com sua bondade do coração, participa desse esquema ilusório, aceitando uma existência de “soldado de papel”: ele próprio é um major fictício, incluído numa lista de guardas nacionais por um amigo de influência, sem alguma vez ter pago os emolumentos necessários ao posto e muito menos ter vestido a farda correspondente ao cargo, vestimenta esta que ele nem tinha.

Na verdade, as fardas dos oficiais do Ministério da Guerra revelam muito desse mundo de batalhas puramente narrativas. General Albernaz, cujo nome falante traz ideia de um atlas marítimo, “nada tinha de marcial, nem mesmo o uniforme que talvez não possuísse”.⁹ Sua atitude perante a farda corresponde à sua escala de valores. Sendo um homem “plácido, medíocre, bonachão cuja única preocupação é casar as cinco filhas e arranjar ‘pistolões’ para fazer passar o filho nos exames do Colégio Militar”,¹⁰ a única ocasião digna da farda é o casamento de sua filha – e aí ele veste um “segundo uniforme

8. HAŠEK, Jaroslav. *As aventuras do bravo soldado Švejk*. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

9. BARRETO, Lima. Op. cit., p. 27.

10. Idem, p. 28.

dos grandes dias, que lhe ia mal como a farda de um guarda nacional endomingado”.¹¹ Seu horizonte mental se restringe às regras e aos preceitos, especialmente referentes à efetuação dos livros de contabilidade e afins, e a leis e decretos relativos a questões de promoção. “Os seus hábitos eram de um bom chefe de seção e a sua inteligência não era muito diferente dos seus hábitos.”¹²

Assim como no caso de Jacobina, personagem célebre do conto de Machado de Assis, em cuja história a farda dá uma forma externa ao que não possui uma estrutura interna, também os personagens de Lima Barreto que mais ostentam as suas fardas são os mais desastrados em termos de carreira militar autêntica. Deste jeito, quem alardeia seu uniforme é, entre outros, o contra-almirante Caldas. Este procurou meses pelo Brasil o cruzeiro *Lima Barros* – que fora a pique havia anos – durante a guerra do Paraguai. No entanto, quando padrinho no casamento, apresenta-se “irrepreensível na sua casaca do uniforme. As âncoras reluziam como metais de bordo em hora de revista e os seus favoritos, muito penteados, alargavam a sua face e pareciam desejar com ardor os grandes ventos do vasto oceano sem fim”.¹³

Também Caldas, um oficial que não participa das batalhas, mas faz trâmites burocráticos, lembra a literatura centro-europeia com a sua fascinação por leis, decretos, alvarás, avisos e consultas, assim como pelas repartições povoadas por meirinhos, escrivães, juízes e advogados.

O exemplo capital desse jogo de faz de conta é a farda do batalhão patriótico “Cruzeiro do Sul”, formado pelo antigo major honorário Inocêncio Bustamante, com o intuito declarado de apoiar Floriano Peixoto na repressão à Revolta da Marinha. Esse batalhão é, aos olhos do narrador, uma paródia de um corpo de tropas, visto que o quartel funciona “num velho cortiço condenado pela higiene”, uma heterotopia que é a própria denegação da modernidade. Bustamante, seu comandante, arrecada dinheiro atribuindo patentes mediante “um rateio pelos oficiais, em proporção ao posto”, enquanto ele se auto-outorga, gratuitamente, a patente de tenente-coronel. A própria farda não se atém nem a um padrão estético-simbólico, nem à proteção e ao bem-estar do soldado, mas é resultado de um capricho individual cuja arbitrariedade é ressaltada pela descrição irônica do narrador: “Era muito singular essa fantasia de seringueiro:

11. Idem, p. 115.

12. Idem, p. 28.

13. Idem, p. 116.

o dólma era verde-garrafa e tinha uns vivos azul-ferrete, alamares dourados e quatro estrelas prateadas, em cruz, na gola”.¹⁴

Todo esse mundo de preocupações cotidianas e de teimosias pessoais seria um hilariante arremedo do ideal da racionalidade impessoal do aparato militar, se a vida desses caracteres anedóticos não transcorresse no quadro de uma ditadura militar incipiente e se o microcosmo militar não se refletisse no macrocosmo. O romance, muitas vezes tachado de “desleixado”, mostra o mesmo modelo em várias escalas. Neste vaivém o que era grotesco torna-se monstruoso.

Embora as “instituições totais”¹⁵ “requeiram de seus membros uma transformação radical de sua personalidade”,¹⁶ no mundo brasileiro pintado por Lima Barreto – e de acordo com as observações de Sérgio Buarque de Holanda a respeito do Brasil – levam a um efeito diametralmente oposto: fazem com que as relações familiares continuem a ser o modelo de qualquer interação social.

A representação dessa permeabilidade entre o privado e o público caracteriza o insignificante “Cruzeiro do Sul” cuja “casa da ordem funcionava no primeiro quartinho do sobrado e o pátio, já sem as cordas de secar ao sol a roupa, mas com as pedras manchadas das barreias e da água de sabão, servia para a instrução dos recrutas”.¹⁷

Contudo, a desarmonia pitoresca do quartel situado nas margens da nova civilização carioca corresponde a uma desordem maior. Também o quartel-general é tudo menos a sede de ordem positiva, e, de novo, esta contradição é expressa por metáfora da farda como indicadora do desconcerto pré-moderno.

O palácio possuía um ar de intimidade, de quase relaxamento, representativo e eloquente. Não era raro ver-se pelos divãs, em outras salas, ajudantes de ordens, ordenanças, contínuos, cochilando, meio deitados e desabotoados. Tudo nele era desleixo e moleza. Os cantos dos tetos tinham teias de aranha; dos tapetes, quando pisados com mais força, subia uma poeira de rua mal varrida.¹⁸

14. Idem, p. 196.

15. Termo de Erving Goffman (cf. GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1974).

16. CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 13.

17. BARRETO, Lima. Op. cit., p. 196.

18. Idem, p. 179.

O próprio ditador, presidente da República, não aparenta melhor: dá audiências com um palito na boca e, em vez de acatar a hierarquia própria de uma “instituição total”, recebe oficiais subalternos e cadetes de forma familiar até o ponto de permitir que eles batam no ombro dele.

Onde a República devia ter instaurado uma ordem moderna e racional, encontramos uma atmosfera caseira em que tudo se rege pela benevolência do patriarca; em vez de leis e preceitos universais, o desdém pelas regras; em vez do uniforme universal, o desdém por qualquer normativa de vestimenta. Os supostos arautos da ordem – os cadetes da Escola Militar, baluarte do positivismo – se comportam segundo os mandamentos pré-modernos. Em frente do Estado não há “um monarca que sempre se sentia antes de mais nada como o primeiro soldado e funcionário público do seu império”, como escreveu Brigitte Hamann sobre Francisco José I da Áustria,¹⁹ mas “o califa, o cã, o emir”.²⁰

Da mesma forma, a incapacidade de diferenciar entre o privado e o público não caracteriza apenas os funcionários militares de patentes diversas, mas também o próprio ditador que age segundo um modelo que o faz resolver de forma pré-moderna o que Policarpo Quaresma, em seu memorial sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento da agricultura, pensou reformar para o bem do país todo:

Há uma outra face do Marechal Floriano que muito explica os seus movimentos, atos e gestos. Era o seu amor à família, um amor entranhado, alguma coisa de patriarcal, de antigo que já se vai esvaindo com a marcha da civilização.

Em virtude de insucessos na exploração agrícola de duas das suas propriedades, a sua situação particular era precária, e não queria morrer sem deixar à família as suas propriedades agrícolas desoneradas do peso das dívidas.

Honesto e probo como era, a única esperança que lhe restava, repousava nas economias sobre os seus ordenados.²¹

Policarpo, ofuscado por seu patriotismo e pela ideologia nacionalista, chega a vislumbrar o mundo real apenas no momento em que é convocado para o campo de guerra,

19. Cf. HAMANN, Brigitte. *Die Habsburger. Ein biographisches Lexikon*. München: Piper, 1988.

20. BARRETO, Lima. Op. cit., p. 182.

21. Idem, p. 185.

primeiro lugar para onde não pode levar seus livros e onde os conhecimentos sobre a grandeza do país não servem. Vestindo a farda de batalha, ele finalmente despe a farda linguística do discurso nacionalista e abre espaço para sua própria experiência, para sua dor humana. Quando escreve a sua irmã, é como se antecipasse tantos relatos da Primeira Grande Guerra:

Eu duvido, eu duvido, duvido da justiça disso tudo, duvido da sua razão de ser, duvido que seja certo e necessário ir tirar do fundo de nós todos a ferocidade adormecida, aquela ferocidade que se fez e se depositou em nós nos milenários combates com as feras, quando disputávamos a terra a elas... E não vi homens de hoje; vi homens de Cro-Magnon, do Neandertal armados com machados de sílex, sem piedade, sem amor, sem sonhos generosos, a matar, sempre a matar... Este teu irmão que estás vendo, também fez das suas, também foi descobrir dentro de si muita brutalidade, muita ferocidade, muita crueldade...²²

A Revolta é suprimida, os inimigos capturados, e em frente do país pode continuar um homem sem escrúpulos, distante de qualquer tentativa de manter ao menos as aparências de legalidade. Nomeado carcereiro do regime florianista na ilha das Enxadas, Policarpo perde todas as ilusões sobre os efeitos salvadores de um governo de braço forte. Nesse cargo, ele é testemunha de uma escolha arbitrária dos presos para serem executados – rapazes e homens pobres que não participaram da luta por vontade própria, mas por “hábito de obedecer”. Nesse momento, o homem que viveu em prol de uma ideia transforma-se num herói que se recusa a cumprir a tarefa, por pura comisseração com outro homem, um coadjuvante do governo ditatorial, governo que ele próprio, incauto, apoiou. Policarpo torna-se sua vítima para ficar ao lado dos excluídos da história.

Nesse último lance mostra-se o que a ingenuidade e o caráter cômico do herói ocultavam: seus conflitos com a ordem, fosse ela de natureza burocrática ou de mandonismo local, sempre tiveram por origem seu sincero desejo de exercício de cidadania.²³

22. Idem, p. 240.

23. Cf. DECCA, Edgar Salvadori de. “Quaresma: um relato de massacre republicano entre a ficção e a história”. In DECCA, Edgar Salvadori de; LEMARE, Ria (orgs.). *Pelas margens: outros caminhos da história e da literatura*. Campinas/Porto Alegre: Editora da Unicamp/Editora da Universidade UFGRS, 2000, pp. 137-58.

No final das contas, talvez o único ato realmente moderno do romance seja a tentação de Policarpo para agir conforme sua consciência, contrariando os preceitos da máquina do Estado e uma ordem vinda de cima. Ele entende que – como escreve Hannah Arendt – a “distância da realidade e esse desapego podem gerar mais devassação do que todos os maus instintos juntos”.²⁴ Nesse momento, o homem a serviço da ideia da grandeza do Brasil torna-se herói que não se presta à condescendência muda com as mortes injustas, por pura solidariedade com outros seres humanos. Em Policarpo Quaresma, Lima Barreto criou um tipo de herói tocado de um grão de loucura que nos faz sentir “mais simpatia pela nossa espécie, mais orgulho de ser homem e mais esperança na felicidade da raça”.²⁵

Os militares de pequeno espírito vivem como passaram a vida inteira, pensando em suas patentes falsas e em sua vida doméstica. Sequer um deles chega a levantar a voz para protestar contra a sentença de morte a que Policarpo Quaresma é condenado. Seria uma complicação de suas vidas, prejudicaria o progresso na carreira ou o casamento das filhas. Como diz Václav Bělohradský, um filósofo tcheco, “uma revolta nunca é vitoriosa, mas encontra seu sentido na memória humana; aumenta a resistência da sociedade contra a banalidade, contra a banalidade do mal”.²⁶ Também Policarpo Quaresma, apesar de morto, continua vivo na memória de seus dois amigos – sua afilhada Olga e seu amigo pobre, Ricardo Coração dos Outros. Eles são herdeiros do que – na profundidade de suas ações ingênuas e equivocadas – era um ideal, um sonho, um desejo de um mundo em que a dignidade humana é uma possibilidade real.

24. ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 311.

25. BARRETO, Lima. Op. cit., p. 62.

26. BĚLOHRADSKÝ, Václav. “Kritika banálního zla”. In *Přirozený svět jako politický problém*, cit., p. 38.

Šárka Grauová é professora de Literaturas de Língua Portuguesa, na Faculdade de Letras da Universidade Carolina, em Praga, chefe do Departamento de Estudos Luso-Brasileiros e presidente da Sociedade Tcheca de Língua Portuguesa. Em 1988, publicou sua dissertação, *Laurence Sterne e Machado de Assis: metamorfoses da forma livre*. Defendida em 2012, sua tese dedicou-se à *Tradução como fato cultural – caso George Steiner*. Traduziu *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, *Macunaíma*, de Mário de Andrade, *Boca do Inferno*, de Ana Miranda, *Budapeste*, de Chico Buarque, e *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto. Juntamente com outras três colegas, traduziu a *História da literatura brasileira*, de Luciana Stegagno-Picchio. Dirige a coleção Biblioteca Luso-Brasileira das editoras Torst e Triáda.